



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

91

PROJETO DE LEI Nº , DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a responsabilização administrativa por atos de racismo e discriminação no âmbito do Município de Caçapava e dá outras providências.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI nº

Art. 1º Esta Lei estabelece sanções administrativas aplicáveis a pessoas físicas e jurídicas que, no âmbito do Município de Caçapava, pratiquem qualquer ato de racismo ou qualquer forma de discriminação, conforme definido nesta Lei, contra pessoas ou grupos, tais como os praticados em razão de raça, cor, etnia, origem nacional, ascendência, orientação sexual, identidade de gênero, homofobia, transfobia, deficiência, religião, idade, condição socioeconômica, nacionalidade, linguagem, aparência física, local de origem ou convicções políticas.

Art. 2º Esta Lei aplica-se a atos praticados no território do Município de Caçapava, bem como àqueles que, embora iniciados fora dele, produzam efeitos no âmbito municipal, no interesse local.

Art. 3º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Racismo: qualquer conduta passível de representar violação à dignidade humana, e que implique discriminações ou preconceitos tais como os de raça, cor, etnia, religião, sexualidade ou procedência nacional, nos termos do art. 5º, XLII, da Constituição Federal, ainda que sob o pretexto de descontração, diversão, recreação, sátira, humor ou entretenimento.

II - Discriminação: qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência passível de representar violação à dignidade humana, e que tenha por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade, de direitos e liberdades fundamentais;

III - Infrações administrativas: condutas de cunho racista ou discriminatório praticadas por agentes públicos ou por particulares, que afetem o interesse





Município de Caçapava

Estado de São Paulo

local e a convivência social, passíveis de sanção pela Administração Pública municipal, nos termos previstos nesta Lei.

Art. 4º Constituem infrações administrativas, sujeitas às sanções previstas nesta Lei:

I - Recusar atendimento ou prestação de serviço público por motivo de raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência ou qualquer outro fator discriminatório;

II - Praticar, no exercício de função pública ou em estabelecimento aberto ao público, atos que promovam segregação ou tratamento desigual por motivo discriminatório;

III - Utilizar símbolos, expressões ou gestos de cunho racista ou discriminatório em repartições públicas ou eventos oficiais;

IV - Omitir-se, sendo agente público, diante de conduta discriminatória praticada por terceiros, quando tiver o dever de agir;

V - Incitar publicamente, por qualquer meio, inclusive eletrônico ou digital, o preconceito, a discriminação, a hostilidade ou a violência contra pessoa ou grupo;

VI - Recusar, impedir ou dificultar às pessoas o acesso ou exercício de direitos fundamentais;

VII - Ofender a dignidade ou o decoro de alguém, por racismo ou discriminação, com a intenção de menosprezá-la, humilhá-la ou inferiorizá-la;

VIII - Negar, justificar ou glorificar publicamente crimes contra a humanidade, genocídios ou práticas de violência sistemática motivadas por ódio, racismo ou discriminação.

Art. 5º As sanções administrativas, aplicáveis de forma individual ou cumulativas, são:

I - Advertência;

II - Multa de até:

a) 1.000 UFESPs por infração;

b) 3.000 UFESPs em caso de reincidência.

III - Suspensão de alvará de funcionamento, no caso de pessoa jurídica;

IV - Prestação de serviços à comunidade;





Município de Caçapava

Estado de São Paulo

V - Obrigação de reparar o dano;

VI - Participação obrigatória em cursos ou oficinas de educação para a diversidade, cursos sobre direitos humanos, combate à discriminação, empatia e convivência plural.

Parágrafo único. O valor mínimo da multa será de 500 UFESPs, podendo ser triplicado conforme a situação econômica do infrator

Art. 6º A receita proveniente das multas será destinada aos cofres públicos ou a fundo ou programa, nos termos a serem regulamentados por decreto.

Art. 7º A prática dos atos discriminatórios a que se refere esta lei será apurada em processo administrativo, que terá início mediante:

I - reclamação do ofendido ou de seu representante legal, ou ainda de qualquer pessoa que tenha ciência do ato discriminatório;

II - ato ou ofício de autoridade competente.

Art. 8º Aquele que for vítima da discriminação, seu representante legal ou quem tenha presenciado os atos a que se refere o artigo 3º desta Lei poderá relatá-los à Ouvidoria do Município de Caçapava.

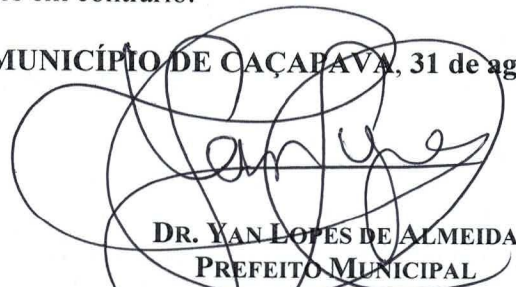
Art. 9º Para cumprir o disposto nesta Lei e fiscalizar seu cumprimento, o Poder Executivo poderá firmar convênios com entidades da Administração Pública, direta e indireta.

Art. 10. Esta Lei não exclui a responsabilização civil ou penal do infrator, nos termos da legislação vigente.

Art. 11. A fiscalização e a apuração das infrações previstas nesta Lei serão realizadas por meios próprios, a serem regulamentados por decreto do Poder Executivo.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, 31 de agosto de 2026.


DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

